


**EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI) NO
PERÍODO DE 2006 A 2008**

**EXPANSION AND INTERIORIZATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PIAUÍ
(UFPI) IN THE PERIOD FROM 2006 TO 2008**

**EXPANSIÓN E INTERIORIZACIÓN DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PIAUÍ (UFPI)
EN EL PERÍODO DE 2006 A 2008**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-072>

Data de submissão: 06/05/2025

Data de publicação: 06/06/2025

Geraldo do Nascimento Carvalho

Doutor em Educação

Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: gncarvalho@ufpi.edu.br

Maria da Penha Feitosa

Doutora em Educação

Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: mariadapenhafetosa@ufpi.edu.br

Jáder Barrozo de Carvalho

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial

Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf

E-mail: jaderbarrozo@hotmail.com

Angeline Feitosa de Carvalho

Mestra em Sociologia

Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: angeline.carvalho@ufpi.edu.br

RESUMO

O artigo analisa a implementação do Plano de Expansão da Universidade Federal do Piauí (UFPI), desenvolvido entre 2006 e 2008, no contexto da adesão institucional ao Programa de Expansão das Universidades Federais, promovido pelo governo federal. A partir de uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa documental e bibliográfica, examina-se em que medida as metas e os objetivos propostos, com destaque para a expansão da oferta de cursos e a interiorização do ensino superior, foram efetivamente alcançados. O trabalho se constitui em uma síntese do capítulo 4 da tese de doutorado “Programas de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais: uma análise da UFPI no período de 2003 a 2016” (Carvalho, 2019) e organiza-se em três seções analíticas, além da introdução, metodologia e das considerações finais. A primeira contextualiza historicamente a criação e consolidação da UFPI; a segunda apresenta os fundamentos, metas e ações do Plano de Expansão (2006–2008); e a terceira analisa os resultados obtidos a partir de dados institucionais, como número de cursos, matrículas, contratações de docentes e expansão da pós-graduação. Os resultados apontam para o cumprimento assimétrico da maioria das metas e objetivos.

Palavras-chave: Expansão do Ensino Superior. Universidade Federal do Piauí. Educação Superior. Interiorização. Reestruturação.

ABSTRACT

This article analyzes the implementation of the Expansion Plan of the Federal University of Piauí (UFPI), developed between 2006 and 2008, in the context of the institution's adherence to the Federal University Expansion Program, promoted by the federal government. Using a qualitative approach, based on documentary and bibliographic research, the article examines the extent to which the proposed goals and objectives, with emphasis on the expansion of course offerings and the internalization of higher education, were effectively achieved. The work is a summary of chapter 4 of the doctoral thesis "Expansion and Restructuring Programs of Federal Universities: an analysis of UFPI from 2003 to 2016" (Carvalho, 2019) and is organized into three analytical sections, in addition to the introduction, methodology, and final considerations. The first historically contextualizes the creation and consolidation of UFPI; the second presents the foundations, goals, and actions of the Expansion Plan (2006–2008); and the third analyzes the results obtained from institutional data, such as number of courses, enrollments, hiring of faculty and expansion of postgraduate studies. The results indicate the asymmetrical fulfillment of most goals and objectives.

Keywords: Expansion of Higher Education. Federal University of Piauí. Higher Education. Interiorization. Restructuring.

RESUMEN

Este artículo analiza la implementación del Plan de Expansión de la Universidad Federal de Piauí (UFPI), desarrollado entre 2006 y 2008, en el contexto de la adhesión de la institución al Programa de Expansión de la Universidad Federal, promovido por el gobierno federal. Utilizando un enfoque cualitativo, basado en investigación documental y bibliográfica, el artículo examina hasta qué punto se lograron efectivamente las metas y los objetivos propuestos, con énfasis en la expansión de la oferta de cursos y la internalización de la educación superior. El trabajo es un resumen del capítulo 4 de la tesis doctoral "Programas de Expansión y Reestructuración de las Universidades Federales: un análisis de la UFPI de 2003 a 2016" (Carvalho, 2019) y está organizado en tres secciones analíticas, además de la introducción, la metodología y las consideraciones finales. La primera contextualiza históricamente la creación y consolidación de la UFPI; la segunda presenta los fundamentos, objetivos y acciones del Plan de Expansión (2006-2008); El tercero analiza los resultados obtenidos a partir de datos institucionales, como número de cursos, matrículas, contratación de profesorado y expansión de estudios de posgrado. Los resultados indican un cumplimiento asimétrico de la mayoría de las metas y objetivos.

Palabras clave: Expansión de la Educación Superior. Universidade Federal de Piauí. Educação Superior. Interiorização. Reestruturação.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Expansão das Universidades Federais, lançado em 2005 pelo governo federal, não veio acompanhado por nenhuma medida legal própria, como normalmente acontece com as políticas públicas. Em termos mais gerais, as bases jurídicas do Programa são as Leis Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB) e Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (Plano Nacional da Educação-PNE).

O Ministério da Educação estabeleceu critérios, segundo os quais as universidades interessadas na adesão enviariam seus Planos de Expansão ao MEC, que, se aprovados, passariam a receber os recursos correspondentes. Pelo Programa, lançado com o *slogan*, “Universidade, expandir até ficar do tamanho do Brasil”, o governo estimou investimentos da ordem de R\$ 592 milhões até 2007, com a criação de dez novas universidades e dezenas de *campi* no interior do país (Nascimento, 2013, p. 61).

Esse Programa, apresentado em articulação com o modelo de desenvolvimento concebido como sustentável pelo governo Lula I (2003-2006) e continuado no governo Lula II (2007-2010), busca responder pelo menos duas demandas imediatas: por um lado, dar cumprimento à meta do PNE 2001-2010, de elevar para 30% o atendimento de jovens entre 18 a 24 anos no ensino superior e, por outro, atender o pleito das próprias universidades no sentido de superar a escassez de recursos decorrentes dos contingenciamentos no setor desde os governos anteriores.

O convênio entre a Universidade Federal do Piauí e o Ministério da Educação no âmbito desse Programa foi assinado em dezembro de 2005, no primeiro governo Lula, visando expressamente a implantação dos Campi de Bom Jesus e Picos, bem como a consolidação do campus de Parnaíba (UFPI, 2006). Por esta razão, focaremos nossa abordagem nesses três *campi*, sem, contudo, deixar de verificar se esta política repercutiu nos demais *campi* e unidades de ensino da Universidade Federal do Piauí.

Por fim, cabe um registro explicativo de natureza metodológica, especialmente quanto ao recorte temporal adotado neste estudo. Considerando que o Plano de Expansão da UFPI foi aprovado em dezembro de 2005, estabeleceu-se o ano de 2006 como marco inicial de sua implementação. Por outro lado, como o Programa REUNI¹ teve início efetivo na instituição apenas em 2009, definiu-se o ano de 2008 como o termo final do período de análise. Dessa forma, o intervalo de 2006 a 2008 foi delimitado como base para a avaliação dos impactos do Plano de Expansão da UFPI, por permitir

¹ O plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (MEC, 2010)

uma identificação mais precisa dos efeitos dessa política, ainda que se reconheça a possível sobreposição com as ações decorrentes da implementação do REUNI a partir de 2009.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota o materialismo histórico e dialético como método de investigação, por entendê-lo apto a apreender as contradições e transformações do objeto em sua totalidade concreta. Fundamentado na abordagem marxista e em autores como José Paulo Netto (2011) e João Quartim de Moraes (2010), o estudo buscou compreender as determinações estruturais que conformaram a política de expansão da UFPI, no contexto das reformas no ensino superior promovidas pelo governo federal.

Trata-se de uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa documental e bibliográfica. Foram analisados documentos institucionais, como o Plano de Expansão (2005), Relatórios de Gestão (2006–2008) e dados do INEP/MEC, articulados criticamente ao contexto político-econômico nacional. A delimitação temporal (2006–2008) justifica-se por corresponder à fase inicial da execução do Plano, anterior à implementação do REUNI na UFPI.

A partir da definição do objeto, as transformações decorrentes da política de expansão na UFPI, a investigação orientou-se pela busca das determinações que explicam as mudanças institucionais observadas, compreendidas não como dados isolados, mas como expressão de mediações sociais mais amplas. O objetivo foi, assim, interpretar os resultados à luz das contradições entre a lógica de democratização do acesso e as exigências de adaptação ao modelo econômico vigente.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Piauí – UFPI surge no segundo grande ciclo de expansão das universidades federais brasileiras, entre o final dos anos sessenta e início dos anos setenta do século XX, no contexto de expansão (predominantemente privada) da educação superior brasileira conduzida pelos governos militares. Do ponto de vista econômico, o cenário nacional estava marcado pelo processo de industrialização apoiado nas multinacionais com ingresso de novas máquinas e tecnologias, por isso mesmo fortemente subordinado ao capital estrangeiro. Politicamente, o país vivia tensionamentos do período da ditadura civil-militar instalada desde 31 de março de 1964. O cenário político repercute mais fortemente no Piauí do que o cenário econômico, mas ambos favoreceram a criação da primeira universidade em solo piauiense.

Trata-se de uma aspiração das elites locais, alimentada em todo o período de criação das faculdades isoladas no Estado, Faculdade de Direito do Piauí (1931), Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFi (1957), Faculdade de Odontologia (1960), Faculdade de Medicina (1966) e Faculdade de Administração em Parnaíba (1968). Ganha força no contexto mais geral do movimento por reformas de base, incluída a luta por mais vagas na educação superior no final dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960 e se realiza no período ditatorial por força de interesses políticos locais e nacionais articulados, envolvendo sucessivos governos federais e estaduais.

A criação da universidade surgiu como uma aspiração dos setores mais elitizados do Estado, especialmente daqueles vinculados às faculdades isoladas já existentes, como estudantes e professores. Com o tempo, essa demanda passou a mobilizar também figuras proeminentes da cultura, da imprensa e da política local. O processo acabou por consolidar uma aliança político-programática entre distintas frações das elites locais e nacionais, em torno do projeto de implantação da instituição.

O processo de implantação da Universidade Federal do Piauí foi tão longo quanto as lutas que antecederam sua criação. Instituída pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, a UFPI teve sua instalação formal em 1º de março de 1971. A partir de então, desenvolveu-se gradualmente a estrutura organizacional e administrativa da instituição, cujo ciclo inicial se completa com a criação do Centro de Ciências Agrárias, em 1978. A estrutura organizacional daquele período, baseada na divisão por áreas do conhecimento e inicialmente composta por Departamentos Didáticos e Científicos que, por sua vez, integravam unidades maiores denominadas Centros, estava alinhada aos objetivos econômicos, políticos e ideológicos dos governos então vigentes.

No final desse período a Universidade Federal do Piauí contava com quatro unidades de ensino, denominadas Centros, a saber: Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, implantado em 15 de fevereiro de 1973, Resolução Nº 07/73, que contava com 05 Departamentos (Ciências Jurídicas, Ciências sociais, Filosofia, Letras e Geografia e História) e 02 coordenações: Coordenação do Curso de Administração de empresas em Parnaíba e Coordenação do Ciclo Geral de Estudos (Básico Geral). Além disso, contava com o Centro de Cultura Francesa, vinculado ao Departamento de Letras. Além dos Cursos embrionários de Direito, de Filosofia e de Administração de Empresas de Parnaíba, o CCHL chega a 1981 com mais 07 Cursos: Administração de empresas; TPEPA; Estudos Sociais; Letras – Habilitação: Português/Inglês; Ciências Econômicas; Ciências Contábeis e Serviço Social (UFPI, 1982).

Centro de Ciências da Educação – CCE, criado inicialmente como Departamento de Educação, Resolução Nº 16/71, passou a ministrar as disciplinas pedagógicas nos Cursos de licenciaturas ofertados por outros Centros, a partir de 1972. Em 1973, as atividades do Departamento

são ampliadas com a implantação de três cursos na área da educação: Pedagogia, Técnicas Comerciais e Artes Industriais, todos licenciaturas de 1º grau. Em 1975, a Resolução Nº 10/75 extinguiu o Departamento e implantou o Centro de Ciências da Educação, com três Departamentos a ele vinculados: Fundamentos da Educação, Métodos e Técnicas de Ensino e Artes Práticas. Como pressuposto teórico, o CCE fez opção “por uma filosofia humanista para fundamentar, iluminar e balizar” seu trabalho. Acrescentando que, “Repudia-se qualquer reducionismo que ignore a complexidade natural de suas necessidades biológicas, psicológicas, sociais e transcendentais” (UFPI, 1982, p. 13).

Centro de Tecnologia – CT, criado em 1975, pela Resolução Nº 38/75, de 25 de agosto, começou suas atividades com quatro Cursos e quatro Coordenações correspondentes: Construção Civil, Agrimensura, Bovinocultura e Administração Rural. Em 1976, foi criado o Curso de Engenharia Civil, Resolução Nº 02/76. Os Cursos de Bovinocultura e Administração Rural serviram de embrião do Centro de Ciências Agrárias, criado em 1978. No período assinalado, o CT contou ainda com dois Laboratórios: Eletricidade, ligado ao Departamento de Construção Civil; e Materiais de Construção, ligado ao Departamento de Transporte.

Centro de Ciências Agrárias – CCA, tem início com os Cursos de Bovinocultura e Administração Rural, em funcionamento no CT, conforme visto acima. As duas ações seguintes, o funcionamento do Curso de Engenharia Agrônômica e a incorporação do Colégio Agrícola de Teresina à UFPI, ambos em 1976, significaram mais um passo em direção à criação do CCA. Esse processo se completa com a autorização para funcionamento do Curso de Medicina Veterinária e a institucionalização do Programa de Desenvolvimento Rural, ambos em 1977. Dessa forma, em 16 de março de 1978, foi autorizada a implantação do Centro de Ciências Agrárias – CCA. A estrutura funcional contou com três Departamentos - Zootecnia, Fitotecnia e Engenharia Agrícola e Solos e as seguintes Coordenações: Engenharia Agrônômica; Medicina Veterinária e Bovinocultura e Administração Rural.

Avançando no tempo e seguindo a trajetória de desenvolvimento da Universidade Federal do Piauí, chega-se ao ano de 1981, quando da comemoração de 10 anos de atividades, com um quadro geral de Unidades de Ensino e Cursos, segundo a Diretoria de Assuntos Acadêmicos, nos seguintes termos:

Quadro 1 – Unidades de Ensino e Cursos na UFPI – 1981

Unidades de Ensino	Cursos
Centro de C. Humanas e Letras – CCHL	Direito; TPEPA; Ciências Econômicas; Ciências Contábeis; Letras; História; Geografia; Filosofia; Estudos Sociais; Serviço Social

Centro de Ciências da Saúde – CCS	Medicina; Odontologia; Enfermagem; Educação Física 1º grau; Educação Física (Plena)
Centro de Tecnologia – CT	Construção Civil; Agrimensura; Engenharia Civil
Centro de Ciências da Natureza	Ciências p/1º grau; Ciências – Habilitação Matemática; Ciências – Habilitação Biologia; Ciências – Habilitação Física; Ciências – Habilitação Química; Matemática; Física
Centro de Ciências da Educação	Pedagogia p/1º grau – SE; Pedagogia p/1º grau – AE; Pedagogia – SE; Pedagogia – AE; Pedagogia – OE; Pedagogia – M; Educação para o Lar; Técnicas Comerciais; Educação Artística; Técnicas Agrícolas; Artes Industriais
Centro de Ciências Agrárias	Bovinocultura; Administração Rural; Agronomia
Parnaíba	Administração de Empresas; Ciências Econômicas; Ciências Contábeis
Floriano	Ciências p/1º grau; Letras p/1º grau; Estudos Sociais
Total Unidades – 08	Total de Cursos – 45

Fonte: Revista Universidade do Piauí – Edição Comemorativa do 10º Aniversário da UFPI (1982, p. 65). Elaboração própria (2025).

A Universidade Federal do Piauí foi inicialmente instalada em dois municípios: Teresina, capital do estado, e Parnaíba, no litoral, oferecendo neste último apenas o curso de Administração de Empresas. Dez anos após sua implantação, a instituição manteve suas atividades nesses dois locais e expandiu sua presença para o município de Floriano, totalizando 45 cursos ofertados, entre técnicos e de graduação. Desses, 39 estavam localizados em Teresina e 6 no interior: três em Parnaíba e três em Floriano. Não há informações precisas quanto à natureza, técnica ou de graduação, dos cursos oferecidos em Floriano. Sabe-se, contudo, que no município existia apenas o Colégio Agrícola de Floriano (CAF), fundado em 19 de março de 1979 e, desde então, vinculado à UFPI. O informe da Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA), publicado na edição já mencionada da Revista da UFPI, não distingue os cursos técnicos dos de graduação.

4 OBJETIVOS E METAS DO PLANO DE EXPANSÃO DA UFPI (2006-2008)

A expansão ocorrida no período em destaque apresenta características tanto comuns quanto distintas em relação aos ciclos anteriores. Dois traços gerais marcam os três grandes ciclos de expansão das universidades federais, década de 1950, final dos anos 1960-1970 e 2006-2012: a vinculação a modelos econômicos de orientação nacional-desenvolvimentista, ainda que subordinados ao capital estrangeiro, e a expressiva ampliação da rede federal em paralelo a um crescimento ainda maior da rede privada, frequentemente sustentada com recursos públicos. Destaca-se também os longos períodos de semi-estagnação entre os ciclos: cerca de 20 anos entre o primeiro e o segundo, e entre 20 e 30 anos entre o segundo e o terceiro.

Apresenta-se, neste ponto, o Plano de Expansão da Universidade Federal do Piauí (2006–2008), com a exposição de seus objetivos, metas e uma breve contextualização dos campi implantados e

consolidados durante sua vigência. O texto inclui ainda um quadro-resumo da situação estrutural da UFPI até o ano de 2005, quando o Plano foi elaborado e aprovado. Naquele ano, estavam em funcionamento as seguintes unidades: Campus Ministro Reis Veloso (Parnaíba), Campus do Junco (Picos), Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina) e três Colégios Agrícolas, localizados em Bom Jesus, Floriano e Teresina (UFPI, 2005, p. 3–4).

Ressalta-se que, em comparação com a estrutura existente em 1981, houve o acréscimo do Campus do Junco, em Picos, e do Colégio Agrícola de Bom Jesus. Importa observar, contudo, que a unidade de Picos ainda não possuía status de campus em 2005; o próprio Plano de Expansão a inclui entre os campi a serem criados. Ambas as unidades passaram a integrar a estrutura da UFPI após 1981. Segundo o Plano, essa estrutura então vigente desdobrava-se em seis unidades de ensino e 48 departamentos, responsáveis pela oferta de 32 cursos de graduação presenciais, 9 programas de pós-graduação e 4 cursos de nível médio. Em 2005.1, a universidade contabilizava 19.996 alunos de graduação, com 13.018 matrículas curriculares ativas, além de contar com 798 docentes efetivos e 1.109 técnicos administrativos (UFPI, 2005, p. 3–4).

Realidade que, de acordo com a proposta de Expansão do Plano, precisa ser modificada, dado o “aumento da demanda constatado ano a ano nos processos seletivos de ingresso” (p. 7). Ainda de acordo com o Plano, “a dimensão da proposta de expansão pode ser avaliada a partir da meta macro de aumentar a oferta de vagas nos cursos de graduação, que devem passar das atuais 2.345 vagas anuais para 3.895 vagas” (p. 7). O aumento da oferta de vagas se daria por meio da criação de cursos de graduação nas cidades de Floriano, Bom Jesus, Picos e Parnaíba, bem como com a implantação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*. O conjunto da proposta foi expresso nos objetivos específicos que seguem:

1 – Ampliar a oferta dos cursos de graduação, diurnos e noturnos, oportunizando a inclusão social ao formar profissionais bacharéis e professores; 2 – Diversificar a oferta do ensino de graduação com a implantação de novos cursos em áreas que apresentem grande demanda social; 3 – Institucionalizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campi do interior do estado, mais precisamente em Bom Jesus, Floriano, Picos e Parnaíba; 4 – Implantar o Centro de Convivência, com espaços para manifestações culturais, reuniões, encontros, assembleia, debates e prestação de serviços, a exemplo de correios, reprografia, livrarias e outros; 5 – Instalar laboratórios para atender aos novos cursos de graduação e ampliação dos existentes; 6 – Ampliar o quadro docente efetivo, com o acréscimo de 255 cargos aos 798 atualmente providos, com a finalidade de suprir a defasagem atual e preparar a instituição para atuar nos novos cursos; 7 – Implantar quatro novos programas de mestrado e quatro de doutorado institucionais, além de seis doutorados tipo DINTER e um mestrado tipo MINTER; 8 – Recuperar parcela significativa dos 6.978 alunos com matrícula institucional e sem matrícula curricular; 9 – Elevar a relação aluno/docente para 20/1 (UFPI, 2005, p. 7-8).

Podemos visualizar no item 1 da proposta a ênfase na ampliação da “oferta de cursos de graduação, diurnos e noturnos”, visando a “inclusão social” e a formação de “bacharéis e

professores”. No item 2 afirma-se a perspectiva de “diversificação na oferta do ensino de graduação com a implantação de novos cursos em áreas de grande demanda social”. Coerente com o item anterior, a expansão está direcionada para os *campi* do interior do estado, mais precisamente em Bom Jesus, Floriano, Picos e Parnaíba, conforme explicitado no item 3. O “Centro de Convivência” previsto no item 4, embora a proposta não faça menção quanto ao local, a instalação do mesmo ocorreu em Teresina.

A “instalação de novos laboratórios” e a ampliação do “quadro docente efetivo”, correspondentes aos itens 5 e 6 do Plano, estão diretamente vinculadas à expansão da oferta de cursos de graduação no interior do estado. O item 7 propõe a ampliação dos programas de mestrado e doutorado, tanto institucionais quanto interinstitucionais. Nos itens finais (8 e 9), a UFPI assume, junto ao MEC, o compromisso de “reduzir o número de alunos com matrícula institucional e sem matrícula curricular” e de “elevar a relação aluno/docente para 20/1” (UFPI, 2005, p. 7–8).

De acordo com o Plano, a proposta busca “atender a demandas cada vez mais crescente nestas regiões no que se refere aos aspectos socioeconômicos, educacionais e culturais como elementos fundamentais para o desenvolvimento do estado do Piauí” (UFPI, 2005, p. 8). Essa perspectiva está alinhada com a política para a educação superior e o modelo econômico sugerido no primeiro governo Lula. Coerente também com o Programa Expansão das Universidades Federais do Ministério da Educação, cuja ênfase é a interiorização, casada com o desenvolvimento local, regional e nacional.

Vê-se também no Plano, que a política de expansão de vagas através de novos cursos de graduação está associada à política de inclusão e ascensão social. Isto também está coerente com as políticas governamentais, espelhadas nas orientações do Banco Mundial. Finalmente, afirma-se no plano que tais “ações estão delineadas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2005-2009), o qual, além de estratégico, é, uma fermenta fundamental para os desafios da gestão e modernização do planejamento e da administração” (UFPI, 2005, p. 6).

O Plano lista os cursos de graduação a serem criados e implantados no período de 2006-2010, excetuando Floriano. No total são 19 cursos previstos, sendo cinco em Bom Jesus - Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Licenciatura em Ciências Biológicas, Medicina Veterinária e Zootecnia; sete novos cursos em Picos - Bacharelado em Administração (diurno e noturno), Bacharelado em Enfermagem e em Nutrição, Licenciatura Plena em Matemática e em História (ambos diurno e noturno), além de Licenciatura em Ciências Biológicas e Sistema de Informação. Em Parnaíba, a previsão era também sete cursos: Bacharelado em Ciências Biológicas, Turismo, Biomedicina, Fisioterapia, Psicologia, Engenharia de Pesca e o curso de Licenciatura em Matemática (diurno e noturno).

5 AVALIAÇÃO DAS METAS E IMPACTOS DA POLÍTICA DE EXPANSÃO

O propósito deste tópico é verificar o alcance ou não dos objetivos e das metas pactuados entre a Universidade Federal do Piauí e o Ministério da Educação, no âmbito do Plano de Expansão da UFPI (2006-2008). Tomamos por referência, além do próprio Plano, o Censo da Educação Superior (2006, 2007 e 2008), Relatórios de Gestão da UFPI no mesmo período e outros documentos institucionais relativos ao processo expansionista. A ênfase são as unidades da UFPI definidas no Plano de Expansão, isto é, o Campus Professora Cinobelina Elvas – CPCE, em Bom Jesus, o Campus Senador Helvidio Nunes de Barros – CSHNB, em Picos e o Campus Ministro Reis Veloso – CMRV, em Parnaíba.

A presente análise parte daquilo que o próprio Plano estabelece como a “meta macro”, segundo a qual se pode avaliar a dimensão da expansão, isto é, “aumentar a oferta de vagas nos cursos de graduação, que devem passar das atuais 2.345 vagas anuais para 3.895 [...]” (UFPI, 2005, p. 7). O alcance dessa meta se daria pela “institucionalização dos cursos a serem implantados até 2008 em Floriano, Bom Jesus, Picos e Parnaíba, centros de importância geoeconômica para o desenvolvimento do Estado” (Idem).

Além disso, o Plano estabeleceu a meta de aumentar os cursos e as matrículas na pós-graduação *strictu sensu* e a redução do número de matrículas institucional sem matrícula curricular. Examinamos inicialmente os números de cursos e de matrículas em cursos de graduação presenciais constantes das tabelas 1 e 2 e, na sequência, os cursos e as matrículas na pós-graduação e a redução da diferença entre as matrículas institucionais e as matrículas curriculares.

Tabela 1 – Cursos de Graduação Presenciais na UFPI – 2003 a 2008

ANO	CURSOS	CAPITAL	INTERIOR	PERCENTUAL ²
2003	42	31	11	26,1%
2004	44	32	12	27,2%
2005	42	32	10	23,8%
2006	52	32	20	38,4%
2007	61	32	29	47,5%
2008	62	33	29	46,7%

Fonte: Sinopses do Estatísticas da Educação Superior – EC/INEP (Elaboração própria, 2019)

Nos três primeiros anos analisados na tabela (2003, 2004 e 2005) observa-se um quadro de estagnação quanto ao número de cursos de graduação ofertados, tanto no total quanto na distribuição entre capital e interior. Em 2005, dos 42 cursos de graduação presenciais da UFPI, 32 (76,2%) estavam localizados na capital e apenas 10 (23,8%) no interior. Esse cenário começa a se modificar

² Corresponde à proporção do interior calculada em base ao número total de cursos.

em 2006, quando a universidade passa a oferecer 52 cursos, dos quais 32 (61,5%) permanecem na capital e 20 (38,5%) são destinados ao interior. Além do crescimento de 19,2% no número total de cursos, observa-se uma redução significativa na disparidade entre capital e interior. Destaca-se, sobretudo, o aumento de 100% na oferta de cursos no interior, marcando o início efetivo do processo de interiorização do ensino superior na UFPI, conforme previsto no Plano de Expansão de 2005.

Em relação ao ano de 2007, os números são os seguintes: 61 cursos de graduação no total, nove cursos a mais, o que corresponde a 14,75% de aumento no número de cursos de graduação, sendo 32 (52,4%) dos cursos na capital e 29 (47,5%) no interior. Em 2008, último ano do Plano de Expansão, a UFPI ofertou 62 cursos de graduação presenciais, sendo 33 (53,9%) na capital e 29 (46,0%) no interior. Em comparação com 2005, antes do Plano, observa-se um aumento de 47,6% no número total de cursos ofertados pela UFPI, entre 2006 e 2008. Já a relação entre capital e interior, a proporção ficou em 53,97% dos cursos na capital e 46,03% no interior. Houve, portanto, um incremento de 20 cursos entre 2006 e 2008, o que supera a previsão de 19 cursos do Plano de Expansão UFPI/2005: cinco cursos em Bom Jesus, sete em Picos e sete em Parnaíba.

Em termos gerais, constatamos certa identidade entre os cursos implantados nos *Campi* acima e o perfil socioeconômico de suas respectivas regiões, portanto, em consonância com a política nacional de desenvolvimento do governo federal. Cada Campus, não obstante as assimetrias, procurou ofertar cursos voltados para as áreas econômicas (produção e/ou serviços) locais e cursos de formação de professores (licenciaturas).

O Campus Professora Cinobelina Elvas – CPCE, por exemplo, sediado em Bom Jesus, macrorregião do Cerrado, dos cinco cursos ofertados, três estão voltados para as áreas econômicas da região (Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia), um para a formação de professores (Ciências Biológicas) e um na área de preservação ambiental (Engenharia Florestal).

O Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, com sede na cidade de Picos, está localizado no Território Vale do Rio Guaribas, na macrorregião do Semiárido. Os nove cursos ofertados estão voltados para o setor terciário, comércio/serviços (Administração, Enfermagem, Nutrição e Sistemas de Informação) e formação de professores (Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática e Pedagogia).

Apesar de Picos ter sua origem ligada à pecuária e ser atualmente o município maior produtor de mel do país, segundo o IBGE, além de grande produção de caju e derivados, estranhamente o *Campus* não oferta nenhum curso diretamente vinculado a esses setores. Desconhecemos as razões dessa decisão, sabemos, no entanto, que a cidade de Picos se destaca no cenário estadual como polo

comercial para a região de 65 municípios e entreposto comercial entre Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Tocantins.

O Campus Ministro Reis Veloso – CRMV, localizado na segunda maior cidade do Estado, Parnaíba, situada no litoral piauiense, tem sua economia baseada no comércio de mercadorias, varejo e atacado. Tem forte presença também no setor de serviços, públicos e privados, principalmente nas áreas da educação, saúde e turismo. Além destas, envolve pequenas atividades industriais em torno da cera de carnaúba, óleo de babaçu, gordura de coco, alimentos e perfumarias, entre outras. Dos 11 cursos ofertados, apenas um está diretamente associado ao setor produtivo, a pesca. Quatro cursos estão mais identificados com o setor do comércio (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Turismo), três cursos voltados para a área da saúde (Biomedicina, Fisioterapia e Psicologia) e os demais estão voltados para a formação de professores/as (Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia).

Vejam os a seguir a movimentação das matrículas no período da expansão- interiorização, 2006-2008:

Tabela 2 – Matrículas em Cursos de Graduação Presencial UFPI

Ano	Capital	Interior	Masculino	Feminino	Diurno	Noturno	Total
2003	11.421	2.138	6.705	6.854	12.813	746	13.559
2004	11.396	2.010	6.624	6.782	12.458	948	13.406
2005	11.527	1.755	6.732	6.550	12.237	1.045	13.282
2006	11.131	1.789	6.635	6.285	11.723	1.197	12.920
2007	11.584	3.111	7.491	7.204	12.789	1.906	14.695
Ano	Capital	Interior	Masculino	Feminino	Diurno	Noturno	Total
2008	11.611	4.406	7.970	8.047	13.399	2.618	16.017

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – INEP/MEC (Elaboração própria, 2019)

Na tabela 2, relativa às matrículas nos cursos de graduação presenciais, abordamos não apenas a variação no número total de matrículas e a distribuição destas entre a capital e o interior, mas também a relação de gênero, masculino e feminino, e os turnos, diurno e noturno. Observa-se uma pequena redução no número total de matrículas entre 2005 (13.282) e 2006 (12.920), sendo que, das matrículas de 2006, 11.131 foram registradas na capital e 1.789 no interior.

As alterações nas matrículas, decorrentes da implantação dos novos cursos, serão notadas a partir de 2007, ano em que o número total de matrículas chega a 14.695, sendo 11.584 na capital e 3.111 no interior. Nota-se um incremento de 1.775 (12.0%) no número total de matrículas. Entre a capital e o interior a variação entre 2006 e 2007 foi de 73,8% ou 1.322 matrículas, confirmando o crescimento da interiorização já identificada em relação a oferta de cursos.

O número total de matrículas em 2008 chega a 16.017, com acréscimo de 1.322 (8,9%) matrículas, mesmo número encontrado na variação entre capital e interior de 2006 para 2007. Do total de matrículas de 2008, 11.611 foram registradas na capital e 4.406 no interior, mantendo-se estável o número de matrículas na capital e a tendência de crescimento no interior, com 1.295 (41,6%) matrículas novas.

Seguindo essa trajetória, o número de matrículas passou de 13.282 em 2005 para 16.017 em 2008, um incremento de 2.735 matrículas no período de 2006 a 2008 – resultado abaixo da meta prevista de 3.895 novas matrículas. Na capital, os números permaneceram praticamente estáveis, com um aumento de apenas 84 matrículas (de 11.527 em 2005 para 11.611 em 2008). Já no interior, o crescimento foi expressivo: de 1.775 para 4.406 matrículas, o que representa um aumento de 148,2%, ou 2.631 novas matrículas curriculares durante o período da expansão. Conclui-se, portanto, que a evolução das matrículas entre 2006 e 2008 evidencia o cumprimento da meta relacionada à interiorização do ensino superior, por meio da consolidação do Campus de Parnaíba e da criação dos campi de Picos e Bom Jesus, conforme estabelecido no objetivo 3 do Plano de Expansão (UFPI, 2005, p. 7).

A proporção entre os sexos manteve-se equilibrada, com leve predominância do feminino em 2003, 2004 e 2008, e do masculino em 2005, 2006 e 2007. Por outro lado, os números de matrículas no turno noturno se mantêm continuamente crescente de 2003 até 2008, com maior diferença entre 2006 (1.197), 2007 (1.906) e 2008 (2.618). Enquanto as matrículas no turno diurno passaram de 12.237 em 2005 para 13.399 em 2008, com crescimento de 9,4%, as matrículas no turno noturno passaram de 1.045 em 2005 para 2.618 em 2008, registrando crescimento de 152,5%. Os números indicam tendência lenta, mas crescente, do ensino noturno na UFPI, coerente com as orientações do Plano de Expansão das Universidades Federais.

Destaca-se que, embora Floriano seja mencionado no Plano de Expansão, o município não figura nas estatísticas referentes aos cursos, matrículas e quadro docente como beneficiário direto dessa política no período analisado. Apesar da contratação de três docentes em 2008, os efeitos da expansão em Floriano somente se materializam com a implantação dos cursos de graduação, em 2009, no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com a criação do Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS).

Convém ressaltar, ainda, que a ampliação de vagas por meio da criação de novos cursos no interior, especialmente no turno noturno, é caracterizada como uma ação de inclusão social voltada à parcela da população que encontra no ensino público sua única oportunidade de acesso à educação superior e de ascensão social (UFPI, 2008, p. 16). O Relatório Final de Avaliação Institucional (2006–

2008) aponta que essa expansão privilegiou, sobretudo, a oferta de cursos noturnos, “especialmente os cursos de licenciatura” (UFPI, 2008, p. 16). Resta evidente que o público-alvo dessa política são os filhos das classes trabalhadoras mais pobres, para os quais o ensino público, gratuito e noturno representa a principal via de formação e mobilidade social.

Cristiane Hoffmann Moreira (2016) discute as “recomendações” do Banco Mundial e da Unesco para a educação superior nos países dependentes em articulação com as políticas econômicas orientadas pelo Fundo Monetário Internacional para esse mesmo grupo de países. Não vamos aqui discutir os principais aspectos apontados nos sucessivos documentos desses organismos, de 1990 a 2008. Queremos apenas ressaltar que essa política de inclusão social da parcela mais pobre da população na UFPI faz parte das orientações desses organismos, conforme demonstrado pela autora nos seguintes termos:

Esses organismos internacionais indicam uma educação voltada para o setor produtivo e objetivam a ampliação do seu acesso à população mais pobre, por meio da diversificação das IES e dos cursos de graduação. Isso ocorre no Brasil, por meio da ampliação da rede privada, através de vagas com subsídios governamentais como o PROUNI e o FIES. Já na rede pública, por meio de programas como o REUNI e a UAB (Moreira, 2016, p. 140).

Consolida-se na passagem acima que tanto “a educação voltada para o setor produtivo” quanto a “ampliação do seu acesso à população mais pobre”, eixos da expansão da educação superior brasileira, fazem parte das orientações dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial e a Unesco e foram incorporadas pelos sistemas educacionais brasileiros desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente a partir da LDB Nº 9394/96. Ao adotar a LDB de 1996 e o PNE 2001-2010 como parte da base legal para a expansão e reestruturação da educação superior, o governo Lula assume a concepção e a continuidade desses eixos políticos, evidenciado não apenas em seus Planos de Expansão e Reestruturação, 2005-2009 e 2008-2012, mas em todas as políticas adotadas pelo Ministério da Educação desde 2003.

No Quadro 2, observam-se os números relativos à Pós-Graduação *Stricto Sensu*:

Quadro 2 – Número de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Ano	Unidade Acadêmica	Curso	Mestrado Acadêmico	Doutorado	Mestrado Profissional
2003	CCA CCHL	Agronomia Letras	1 1		
2004	CCS CCHL	Ciências e Saúde História	1 1		
2005	-	-	-	-	-
2006	R. RENOR CCA	Biotechnology C. Animal	-	1 1	
2007	CCHL CCS	Enfermagem Farmacologia	1 1		

2008	CCHL CCN	Filosofia Física	1 1		
------	-------------	---------------------	--------	--	--

Fonte: Coordenadoria de Programas *Stricto Sensu*/UFPI (Elaboração própria, 2019)

Registra-se no quadro acima os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFPI, por ano de início, sem mencionar os cursos e programas até o ano de 2002. De acordo com os dados fornecidos pela Coordenadoria de Programas *Stricto Sensu* (2019), em 2003 foram iniciados dois cursos e mais dois em 2004. Todos os cursos desse período são na modalidade mestrado acadêmico. Em 2005 não teve nenhum curso novo de pós-graduação.

Entre 2006 e 2008, foram iniciados seis cursos de Pós-Graduação, sendo quatro na modalidade mestrado acadêmico (dois em 2007 e dois em 2008) e dois doutorados (em 2008). Sem nenhum registro de cursos na modalidade mestrado profissional. O Plano de Expansão previa a criação de quatro novos programas de mestrado e quatro de doutorado institucionais. Com isso, a UFPI atinge a meta de quatro programas de mestrado institucionais, mas não chega aos quatro doutorados institucionais, apenas dois.

A Coordenadoria de Programas não apresenta registro de implantação dos seis doutorados tipo DINTER e do mestrado tipo MINTER previstos no Plano, o que significa que essa meta não foi alcançada. Dessa forma, do total de 15 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* previstos, entre institucionais e interinstitucionais, apenas seis foram implantados no período estabelecido, o que significa que o objetivo Nº 7 do Plano foi cumprido apenas parcialmente. Vejamos a seguir o desenvolvimento dos números relativos às matrículas e conclusões na pós-graduação.

Tabela 3 – Discentes Matriculados e Concluídos nos Programas *Stricto Sensu* 2004 a 2008 - UFPI³

ANO	MATRICULADOS	CONCLUÍDOS
2004	237	51
2005	491	80
2006	392	105
2007	374	116
2008	602	96

Fonte: Coordenadoria de Programas *Stricto Sensu* (Elaboração própria, 2025)

Os números de matriculados e concluintes constantes da tabela 3 refletem o cumprimento parcial da meta de implantação de quinze programas de Pós-Graduação previstos pelo Plano de Expansão. Note-se que a repercussão na série histórica das matrículas do período acontece em 2008, quando chega a um total de 602 alunos matriculados, contra 374 do ano anterior. Já o número de

³ Dados informados à Coordenadoria de Programas *Stricto Sensu*/UFPI, através de Relatórios dos Programas.

concluintes neste mesmo ano chega a 96, contra 116 do ano anterior, uma leve queda em relação ao ano anterior.

Tabela 4 - Docentes Efetivos, considerando a Unidade Administrativa e Ano de Ingresso na UFPI

UA	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CAFS	-	-	-	-	-	3
CCA	-	1	1	6	-	5
CCE	-	6	4	5	2	4
CCHL	1	5	4	16 ⁴	6	16
CCN	1	4	5	8	-	12
CCS	1	6	4	6	4	15
CMRV	-	3	-	16	3	26
CPCE	-	-	-	8	1	5
CSHNB	-	1	-	3	1	8
CT	2	-	1	2	-	2

Fonte: UFPI/SRH (Elaboração própria, 2019)

Na tabela 4, apresentamos o quadro de contratações docentes na UFPI no período de 2003 a 2008, considerando o ano de ingresso e a unidade administrativa. Constata-se uma concentração das contratações em Teresina nos anos de 2003, com 5 contratações, todas em Teresina, 2004, com 22 contratações em Teresina, 3 em Parnaíba e 1 em Picos, e 2005, com 19 contratações, todas em Teresina.

O impacto do Plano de Expansão da UFPI na política de recursos humanos repercute nas contratações docentes do ano de 2006, mas ainda com maior peso na capital, com 43 docentes efetivados. No interior, foram contratados 27 docentes, sendo 16 no *Campus* de Parnaíba – CMRV, oito em Bom Jesus – CPCE e três em Picos – CSHNB, refletindo a política deliberada de consolidação do *Campus* de Parnaíba e implantação dos outros dois *campi*. Em 2007 houve uma contenção na política de contratação docente, tanto na capital, que contou com apenas 12 contratações quanto no interior, que teve apenas cinco novas contratações, sendo três em Parnaíba, uma em Picos e uma em Bom Jesus. Em 2008 foram contratados 96 docentes na UFPI, sendo 54 em Teresina e 42 no interior: Parnaíba (26), Picos (8), Bom Jesus (5) e Floriano (3).

Conforme visto antes, considerando os números de matrículas em 2005 (13.282) e 2008 (16.017), temos um acréscimo de 2.735 matrículas entre 2006-2008. Por outro lado, o número de contratações docentes no mesmo período chegou a 183 docentes efetivos. Ao dividirmos as novas matrículas pelos docentes contratados chegamos a uma relação de 14.9 aluno por professor, indicando tendência crescente em direção à meta de 20/1 estabelecida no objetivo específico nº 9 do Plano de Expansão UFPI/2005, embora ainda distante.

⁴ Essas 16 contratações docentes no CCHL estão relacionadas com a criação do Curso de Arqueologia, que passou a funcionar a partir de 2007, autorizado pela Portaria Nº 14, de 25/01/2007.

Destaque-se, finalmente, considerando a meta estabelecida no objetivo específico nº 6 do Plano de “Ampliar o quadro docente efetivo, com o acréscimo de 255 cargos aos 798 atualmente providos [...]”, com a contratação de 183 docentes, das quais 109 na capital e 74 no interior, o resultado fica distante da meta estabelecida, mesmo considerando a expansão na UFPI como um todo e não apenas os três *Campi* do interior. Caso consideremos, o período de quatro anos, 2006-2009, baseado na Pactuação do Programa de Expansão Etapa I entre a UFPI e o MEC, realizada em outubro de 2007, teremos o seguinte resultado: 2006 (70 contratações); 2007 (17 contratações); 2008 (96 contratações) e 2009 (124 contratações). Neste caso, a UFPI teria cumprido o objetivo de 255 contratações com um excedente de 52 docentes, mas já sob o impacto da política REUNI, no ano 2009, quando efetivamente tem início na UFPI.

Tabela 5 – Docentes Substitutos, considerando Unidade Administrativa e Ano de Ingresso na UFPI

Unidade Acadêmica	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CAFS	-	-	-	-	-	-
CCA	-	-	-	1	5	-
CCE	-	-	-	35	29	23
CCHL	-	-	-	28	40	22
CCN	-	-	-	30	22	27
CCS	-	-	1	26	34	38
CMRV	-	-	-	10	32	30
Unidade Acadêmica	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CPCE	-	-	-	-	9	13
CSHNB	-	-	-	5	15	31
CT	-	-	-	3	4	4
Colégio Téc. The				3	6	8
Colégio Téc. Flo			1	11	11	13
Colégio Téc. BJ				4	4	6

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – UFPI (Elaboração própria, 2019)

Na tabela 5, apresentamos os dados dos professores substitutos, por unidade administrativa e ano de ingresso na UFPI. Os dados foram fornecidos pela Superintendência de Recursos Humanos, atendendo nossa solicitação, via e-mail. O órgão informou não dispor de dados relativos aos anos de 2003 e 2004, razão pela qual não vamos poder comparar os dados de 2006-2008, período da expansão, com os dados dos anos anteriores.

Nas unidades de ensino do *Campus* Ministro Petrônio Portela, em Teresina, não contemplado no Plano de Expansão, chama atenção o Centro de Ciências Agrárias contar com o menor número de professores substitutos no período, num total de 6: 2006 (1) e 2007 (5). Em segundo lugar, o Centro Tecnológico, com 11: 2006 (3), 2007 (4) e 2008 (4). As demais unidades, Centro de Ciências da Educação, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Humanas e Letras e o Centro de Ciências

da Natureza, apresentaram no conjunto uma média próxima de 30 professores anuais por unidade administrativa.

Entre as unidades situadas no interior, chama atenção o Colégio Técnico de Floriano, com o maior número de professores substitutos, num total de 35: 2006 (11), 2007 (11) e 2008 (13). Lembrando que o CAFS só entrou em funcionamento em 2009, a partir do REUNI, por isso não se registra nenhum professor substituto nessa unidade. O impacto da expansão aparece nos *Campi* de Parnaíba, Bom Jesus e Picos a partir de 2006, mas principalmente de 2007 em diante. Vemos em Parnaíba, nos anos de 2007 e 2008, que o número de professores substitutos é semelhante aos números registrados nas unidades do Campus Petrônio Portela, em Teresina.

Em termos gerais, tanto as unidades de Teresina quanto as do interior admitiram mais professores substitutos do que professores efetivos no período de 2006 a 2008. Em Teresina, foram admitidos 105 professores efetivos e 354 substitutos e no interior foram admitidos 78 professores efetivos contra 161 professores substitutos. Em ambos os casos não fazem parte desses números os Colégios Técnicos.

Tabela 6 – Servidores Técnico-Administrativos em educação da UFPI

UA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAIS
CAFS	-	-	-	1	-	1	2
CCA	-	-	-	1	-	-	1
CCE	-	1	-	-	-	2	3
CCHL	-	1	1	1	-	-	3
CCN	-	2	1	1	-	2	6
CCS	-	3	1	1	-	7	12
CMRV	1	1	2	8	6	18	36
CPCE	-	-	-	3	9	10	22
CSHNB	-	-	-	6	6	20	32
CT	-	-	-	-	1	1	2
OUTRAS	3	67	11	18	9	32	140
TOTAL GERAL	4	75	16	40	31	93	259

Fonte: UFPI – Superintendência de Recursos Humanos – UFPI (Elaboração própria)

De acordo com a tabela 6, em 2003 foram admitidos em toda a UFPI apenas 04 servidores técnico-administrativos. Em 2004, foram 75 admissões e em 2005, somente 16. Nesses três anos que antecedem o Plano de Expansão, as admissões não ocorreram nos três *Campi* contemplados pelo Plano de Expansão, com exceção do Campus Ministro Reis Veloso, em Parnaíba, que acumulou 04 admissões no período. As demais se realizaram em outras unidades acadêmicas e administrativas da UFPI, em Teresina, com destaque para o Hospital Universitário - HU, com 47 admissões somente em 2004, ano de sua inauguração.

A repercussão do Plano de Expansão ocorre a partir de 2006 (17 admissões), 2007 (21 admissões) e 2008 (48 admissões), considerando apenas os três *Campi*, Parnaíba, Bom Jesus e Picos. O total de servidores técnico-administrativos admitidos nesse período chegou a 86, pouco mais de um terço do número previsto no Plano de Expansão, 240 servidores de nível superior, médio e apoio.

Tabela 7 – Números de Concluintes nos Cursos de Graduação Presencial da UFPI, 2003 a 2008

Ano	Concluinte	Capital	Interior	Diurno	Noturno
2003	1.648	1.275	373	1.648	-
2004	1.924	1.379	545	1.836	88
2005	1.680	1.337	343	1.619	61
2006	1.623	1.414	209	1.516	107
2007	1.523	1.261	262	1.378	145
2008	1.618	1.258	360	1.458	160

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – MEC/INEP (Elaboração própria, 2025)

A Tabela 7 revela uma discreta redução no número de concluintes dos cursos presenciais de graduação da UFPI entre 2005 (1.680) e 2008 (1.618). O pico no período analisado ocorreu em 2004, com 1.924 concluintes. A distribuição entre capital e interior manteve-se relativamente estável: em 2005, foram 1.337 concluintes na capital e 343 no interior; em 2008, 1.258 e 360, respectivamente. A principal variação observada foi no turno noturno, cujo número de concluintes passou de 61 em 2005 para 160 em 2008, representando um aumento de 162,2%. Considerando que os concluintes de 2008 ingressaram, no mínimo, em 2005, infere-se que a expansão do ensino noturno já estava em curso antes da implementação da política de ampliação institucional.

Tabela 8 – Graduação a Distância, segundo cursos, matrículas e concluintes UFPI 2003-2016

ANO	CURSOS	MATRÍCULAS	CONCLUINTES
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	09	476	-
2008	09	2.845	-

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – MEC/INEP (Elaboração própria, 2019)

A política de Educação a Distância na UFPI só aparece no censo da educação superior brasileira a partir de 2007, com o registro de 09 cursos e 476 matrículas. Mantém a mesma quantidade de cursos em 2008, mas as matrículas passam para 2.845, um crescimento de 497,6%. Obviamente não temos registro de concluintes neste período, já que os primeiros cursos são de 2007.

Fazendo um paralelo da educação a distância com a educação presencial, considerando os cursos e as matrículas no primeiro ano da educação a distância na UFPI e o último ano do período em análise temos que, em 2007 a educação presencial registrou 61 cursos e a educação a distância

09, isto é, os cursos de educação a distância representavam 14,75% dos cursos da educação presencial, números que se mantêm em 2008.

Em relação às matrículas, em 2007, são 14.695 nos cursos de educação presenciais e 476 nos cursos de EAD, isto é, as matrículas dos cursos a distância representam 3,23% das matrículas nos cursos presenciais. Em 2008, são 16.017 matrículas presenciais e 2.845 a distância, a representação das matrículas em EAD em relação ao universo das matrículas presenciais é de 17,76%, revelando tendência de crescimento próspero e rápido.

Do ponto de vista da estrutura física da universidade, o Plano de Expansão apresentava o compromisso com a implantação de um “Centro de Convivência, com espaços para manifestações culturais, reuniões, encontros, assembleia, debates e prestação de serviços, a exemplo de correios, reprografia, livrarias e outros” (UFPI, 2005, p. 8). O Centro de Convivência mencionado no item 6 do Plano foi construído em Teresina, com a denominação de “Espaço Universitário”, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, uma área com espaços para realização de eventos abertos (*hall*) e fechados (auditório).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados, observa-se que, no âmbito dos objetivos e metas estabelecidos pelo Plano de Expansão da UFPI (2006–2008), a meta macro de “aumentar a oferta de vagas nos cursos de graduação” não foi plenamente atingida, uma vez que o número de matrículas ficou aquém do previsto, ainda que tenha revelado uma tendência de crescimento. No entanto, é possível concluir pelo cumprimento dos três primeiros objetivos específicos do Plano de Expansão UFPI/2005: (i) a ampliação da oferta de cursos de graduação, nos turnos diurno e noturno; (ii) a diversificação da oferta com a implantação de novos cursos; e (iii) a institucionalização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campi do interior, com exceção do campus de Floriano.

No que se refere ao quadro docente, observa-se que as contratações ocorreram em nível inferior ao estabelecido como meta, embora haja indícios de uma tendência de avanço rumo ao objetivo de elevação da relação aluno/professor. Quanto à meta de criação de novos programas de pós-graduação, constata-se um cumprimento parcial, uma vez que o número de programas de doutorado implementados ficou abaixo do previsto.

Não foram identificados dados referentes à meta de recuperação de parte dos discentes com matrícula institucional, mas sem matrícula curricular ativa. Já os aspectos relacionados à inclusão dos segmentos populacionais mencionados no Plano, bem como os impactos no desenvolvimento

econômico e social local e regional – objetivos centrais do processo de expansão e interiorização – demandam estudos específicos, dada sua complexidade e natureza multidimensional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 9 fev. 2025.
- BRASIL. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 9 fev. 2025.
- BRASIL. Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Brasília-DF, 14 nov. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15528.htm. Acesso em: 29 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. REUNI – Reestruturação e expansão das universidades federais: Diretrizes Gerais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sinopses Estatísticas da Educação Superior (1995-2022). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>. Acesso em: 02 maio, 2018.
- CARVALHO, Geraldo do Nascimento. Educação-Mercadoria: A Expansão do Ensino Superior Privado no Piauí. (Dissertação de Mestrado): PPGED-UFPI, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=177039. Acesso em: 12 fev. 2025.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O que é o REUNI? Brasília, 2010. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 29 maio 2025.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I, Volume I, 33ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo/SP: Boitempo, 2004.
- MORAES, João Quartim de. O método da economia política. In: Revista Crítica Marxista nº 30, p. 103-123 – abril/2010.
- MOREIRA, Cristiane Hoffmann. Políticas de Expansão e de Regulação do Ensino Superior Brasileiro e a Otimização nas Universidades Federais: Reverberações na UFPEL. Tese (Doutorado). PPGE/FaE/UFPEL, 2016. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7741>. Acesso em: 12 fev. 2025.

NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos. Expansão e Interiorização das Universidades Federais: uma Análise do Processo de Implementação do Campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3832?locale=pt_BR.

PAULO NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Plano de Expansão da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2005-2009. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Teresina: UFPI, 2005. Disponível em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/pdi2005-2009.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Relatório de Gestão 2005. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Teresina: UFPI, 2006. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/RG/Relatorio_Gestao_UFPI_2005.pdf. Acesso em: 08 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Revista Universidade do Piauí. Teresina: UFPI, v. 1, n. 3, edição especial, fev. 1982. Disponível em: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/acervo/revistas/revista-da-fufpi>. Acesso em: 29 maio 2025.